

## PELO (RE)NASCIMENTO DO SUJEITO PROFESSOR<sup>1</sup>

*Olívio Lopes Vicentini<sup>2</sup>*

### Resumo

Neste ensaio, discute-se a adoção do professor pelo manual didático, fato que pode estar significando, por um lado, a perda da identidade de ser professor de língua portuguesa; por outro, desde que o professor deixe de ser passivo, pode significar a possibilidade do (re)surgimento do sujeitoação professor, contribuindo, assim, para a geração de sujeitos críticos através da linguagem, principalmente em relação à ocupação do espaço social e cultural em sua região.

Palavras – chave: manual didático; professor, proposta de ensino de língua portuguesa; desenvolvimento sócio – cultural; sujeitoação, modernização, formação do leitor crítico.

### Abstract

In this article, I discuss the adoption of the teacher by the textbook from 2 different viewpoints: on the one hand, it may contribute for the loss of the teacher's identify; on the other hand, as long as the teacher has assumes an active role in the process, it may mean the possibility for the subject - action teacher to (re)appear, this contributing for the generation of critical subjects through language mainly with respect to the occupation of the social and cultural space in his/her area.

<sup>1</sup> Texto produzido para as disciplinas "Ocupação do Espaço Social" e "Visão Crítica e Linguagem", e "Antropologia Social", ministradas, respectivamente, por Heleniza Campos, Eunice Piazza Gay e Jurema Brites, do "programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional" da UNISC, Mestrado 2001.

<sup>2</sup> Professor de Língua Portuguesa e Lingüística do Departamento de Letras da UNISC.

## 1 PREPARANDO O POSSÍVEL DIÁLOGO

Recentemente, nas “andanças” pela “Região do Vale do Rio Pardo”, ao participar da discussão de propostas de educação para os municípios que dela fazem parte, tivemos a oportunidade de ouvir de uma professora a afirmação de que “Por trás de um livro didático há sempre um professor”. Este discurso não deixa de ser preocupante, já que, dentre inúmeras razões, pode significar que o professor está sendo adotado pelo livro didático, ou seja, pode estar havendo a perda da identidade do ser professor, ação tão importante na construção de uma “Visão Crítica” através da “Linguagem”, principalmente em relação à “Ocupação do Espaço Social” e cultural em sua região.

Os temas mais enfocados nessas discussões dizem respeito à educação e à construção de propostas e/ou programas de estudo na área de Língua Portuguesa (LP), do currículo no Ensino Fundamental - 1ª a 8ª séries. Os programas são construídos pelos professores e têm como um dos principais objetivos a “construção de sujeitos” e/ou “cidadãos” críticos, que possam participar no processo de desenvolvimento sócio-cultural da região.

Mas o que significaria “livro didático” de língua portuguesa? Evidentemente são inúmeras as respostas possíveis. Os próprios atributos “didático” e “de língua portuguesa” já são indicadores do alto índice polissêmico destes termos. No “aurelião”<sup>3</sup>, por exemplo, encontramos a palavra “Manual” como sendo “um livro que contém noções essenciais acerca de uma matéria”, manual de geografia, de língua portuguesa, etc. Também pode significar “livro de ritos e rezas”. (p.882) Acrescentamos o significado de “manual” comumente utilizado em concursos: texto normativo, contendo as “regras do jogo” que deverão ser obedecidas pelos concursandos.

Em pesquisas anteriores sobre o Ensino de Língua Portuguesa<sup>4</sup>, constatamos que praticamente a totalidade dos professores da região da 6ª Delegacia de Educação faz uso de manuais didáticos para dar aulas de LP. Também pudera, milhões deles são farta e gratuitamente distribuídos anualmente pelo Brasil afora. Faz-se necessário, pois, uma reflexão sobre esse fenômeno, questionando implicações sócio-culturais que essa adoção possa trazer. É isto que pretendemos fazer.

## 2 (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SER PROFESSOR

Professor pode ser considerado um substantivo (ou adjetivo?, não seria um atributo de homem?) relativamente novo. Nos primórdios da história humana, havia os

<sup>3</sup> *Novo dicionário Aurélio*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e J.F.M.M, editores Ltda, Editora Nova Fronteira, RJ., 1975.

<sup>4</sup> Principalmente entre 1996 e 2001, realizamos inúmeras pesquisas sobre este assunto, cujos relatórios, ironicamente, encontram-se arquivados na UNISC.

filósofos, as escolas e/ou correntes filosóficas que geravam ou tinham seus seguidores. Eles filosofavam, criavam conhecimento.

Mais tarde, começam a surgir os “mestres”, geralmente religiosos (e evidentemente homens) que desempenhavam a “missão” de transmitir conhecimentos por eles acumulados a outros homens. Logo em seguida, vêm os professores (ainda homens) que começaram a ação de “professorar”, repassando conhecimento aos alunos. Começa, então, a utilização de “livros didáticos”, criados para repassar conhecimentos.

Posteriormente, principalmente nos séculos XVIII e XIX, durante o processo de modernização<sup>5</sup>, cujas características principais estavam na racionalidade, na pretensão científica e objetividade, na tentativa de padronização de tudo, no planejamento em larga escala, enfim, na era da industrialização, surge a professora (normalista). Devido à forte pressão popular, governantes se vêem obrigados a “dar escola” para todos. Constroem-se escolinhas e professoras, no caso brasileiro, em e nos mais longínquos rincões da pátria. Professora mal “preparada”, “muletada” por manuais didáticos facilitadores do processo de transmissão de conhecimentos.

Hoje, continuamos com as professoras (professores são poucos), mas agora, devido a exigências da nova LDB (1996), com no mínimo formação superior, e que atuem dentro dos conteúdos previstos pelos “Parâmetros Curriculares Nacionais”, após construírem suas propostas político-pedagógicas contendo em seu bojo “planos de estudo”. Eis a atual (des)construção da identidade do ser professor: estar envolvido político/social/culturalmente como sujeito da e na construção de propostas pretensamente inovadoras de educação/ensino e continuar sendo adotado por “manuais didáticos” das diferentes áreas do conhecimento, produzidos fora do seu espaço político/social/cultural. Em síntese, um professor adotado pelo “manual didático” e/ou pelo seu autor.

## 3 POR QUE (NÃO) UTILIZAR O LIVRO DIDÁTICO?

Com Rodrigues (1989, p.32), pode-se afirmar que “ não existe rigorosamente A Cultura, que é apenas um conceito totalizador, um artifício de raciocínio; mas milhares de culturas, correspondentes à multiplicidade dos grupos humanos e a seus momentos históricos”. Ora, na montagem de propostas de educação, de currículos e de planos de estudo, essas culturas diferenciadas precisam ser levadas em consideração.

Na montagem de currículos para uma escola, município e/ou região e/ou para uma disciplina, seus criadores precisam estar preocupados com questões do tipo: a) que homem querem para tal ou qual sociedade: um homem competitivo, ilustrado dentro dos moldes neoliberais atuais?; b) uma pessoa cética e crítica em relação aos arranjos sociais

<sup>5</sup> Sobre este processo de modernização, ver David Harvey, *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

existentes; c) uma educação de “qualidade total” nos moldes de empresas industriais e comerciais?; d) uma educação de qualidade de ensino e para todos?<sup>6</sup>

Dependendo das respostas a questões deste tipo, o que constará do currículo, o como serão trabalhados os conhecimentos, etc. constituirão aquilo que poderíamos conceber como currículo: a vida que pretendemos que seja vida.

E mais ainda, vivenciamos uma época em que estão havendo transformações rápidas e profundas em todos os aspectos (econômico, social, cultural), exigindo uma “reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva” rumo à vida. Beck (1997, p.12) concebe o momento atual como sendo uma etapa em que

a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas de progresso técnico-econômico. Este novo estágio, em que o progresso pode se tornar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, [...] é uma etapa da modernização reflexiva.

Evidencia-se hoje a existência não só de uma política tradicional, simples, dirigida por regras, mas também uma nova política reflexiva, que busca alterações das regras vigentes, e que tem

o seu cerne na capacidade de auto-organização... Isso começa com as coisas mais simples: questões escolares, problemas de ocupação, ou regulamentações de trânsito... Hoje em dia, o Estado é confrontado por todos tipos de grupos e minorias, ... Não somente as antigas organizações, mas também os sindicatos, as igrejas e os meios de comunicação. E também os homossexuais, os traficantes, os motoristas, os deficientes, os pais, os sonegadores de impostos, os divorciados, os conservacionistas, os terroristas, todos constituem dez mil centros de poder diferentes na nossa sociedade. (BECK, 1997, p.53)

Além desses aspectos sócio/culturais e políticos, propostas de educação e planos de estudo em LP precisam levar em conta não só a existência de inúmeras variantes lingüísticas (dialetos etários, regionais, grupais, etc.), mas também o fato de que somente uma delas é transformada na língua padrão. Além disso é preciso lembrar o fato de que “uma variedade lingüística vale o que valem na sociedade os seus falantes, como reflexo do

<sup>6</sup> Para uma melhor visão do que é ou deveria ser um currículo, ver “Documentos de identidade, uma introdução às teorias do currículo”, de Tomaz Tadeu da Silva, Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001, especialmente páginas 14 e 15.

poder e de autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. (Geraldi, 1984, p.45)

Por isso perguntamos: há algum “livro didático” produzido com essas preocupações sócio-culturais? O livro é produzido fora desse contexto multicultural, multifacetado socialmente, distante das culturas regionais, grupais, etc. Parece-nos não haver como um livro contemplar todos estes aspectos.

#### 4 FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO

Como dissemos no início desta reflexão, os professores (e demais sujeitos diretamente envolvidos na construção de propostas de educação para a região) professam (e registram nas propostas) como objetivo principal, na área de Língua Portuguesa, a geração e/ou construção de sujeitos críticos (leitores críticos), cidadãos que tenham condições de participar ativamente (e não passivamente) no processo de desenvolvimento sócio-cultural da sua região. Mas o que significaria ser crítico? Como formar sujeitos críticos? Os planos de estudo em LP poderiam contribuir para o desenvolvimento dessa capacidade crítica dos cidadãos?

É obvio que não há uma receita (pelo menos de nossa parte) para resolução destas e de tantas outras questões. Sentimo-nos, não obstante, na obrigação de explicitar o que entendemos por leitor crítico e, portanto, por cidadão crítico. Para tanto, nos valeremos da metáfora, apesar de longa, construída por Silva, 1998, p. 39) sobre o que seria um leitor crítico:

- A) semelhante a um motorista, o leitor crítico possui direção e destino, movido que é o seu transporte – o próprio processo de leitura – pelo desejo de adensar suas próprias maneiras de ver, de pensar e de refletir os múltiplos cenários da realidade social;
- B) semelhante a um motorista brasileiro, viajando em terrenos (sociais) geralmente esburacados e carentes de assistência, o leitor crítico não pode perder de vista a sua defensiva na vigilância contínua; as ultrapassagens do estatus que são sempre mais do que necessárias;
- C) semelhante a um motorista urbano, o leitor crítico tem que andar devagar, com os olhos bem abertos, atentando para as ruas sinuosas e nem sempre bem sinalizadas pela ideologia; quando os mapas e roteiros são criteriosamente estudados, nunca se entra em uma rua sem saída;
- D) semelhante a qualquer motorista, o leitor crítico sabe que precisa de uma boa escola para tirar a sua carteira e assim fazer a demonstração do domínio do processo ou, pelo menos, da frequência a locais onde os conflitos possam ser frequentes e ajuizadamente observados para efeito de aprendizagem duradoura.

Se não estivermos equivocados, parece-nos que ser crítico exigiria uma postura de relativa autonomia em relação a como ver o mundo, a realidade social; ao mesmo tempo, porém, ser crítico exigiria humildade, não se achando o dono da verdade, mas estando consciente (com as antenas ligadas) e não deixando ser levado pelos outros; mas, acima de tudo, crítico seria aquele que nunca se deixaria embretar, ficando sem saída, e que, para isso, precisaria ler muito, ler diferentes textos, discursos e realidades, já que ninguém será crítico se tiver lido uma só versão da realidade.

Leitor crítico poderia ser criado através da leitura de manuais didáticos?

Marcuschi (1996), em "Exercícios de compreensão ou cópiação nos manuais de ensino de língua", apresenta uma crítica valiosa às atividades de leitura contidas em manuais didáticos. Neles, os textos são apresentados aos alunos já com objetivos pré-determinados. Cabe ao aluno apenas responder aos exercícios propostos pelo autor do manual. As propostas de leitura encontradas em manuais didáticos são elaboradas sempre da mesma forma, ficando restritas a questões objetivas e com respostas únicas: *O que? Quem? Quando? Onde? Qual? Como? Para que? ou ainda "transcrever, copiar, citar, identificar, recscrever, assinalar, completar, ligar, etc.*, indagações que não despertam a reflexão crítica do aluno.

## 5 O MANUAL DE LÍNGUA PORTUGUESA: RITOS, REZAS E IMPOSIÇÃO DAS REGRAS DO JOGO

Em adotando professor e alunos, o manual didático de LP acaba complicando a relação entre os sujeitos professor e aluno, se não eliminando uma possível relação dialógica entre ambos, dificultando enormemente a formação crítica dos dois. Os autores de manuais pré-determinam tudo: o conteúdo, a metodologia, a visão filosófica de homem, de mundo, de educação; pré-determinam os textos (aliás, na maioria das vezes, são apenas fragmentos de textos), os exercícios, etc. Muitas vezes também não são revelados os autores dos textos a serem lidos; outras vezes, os autores não são conhecidos pelo professor e nem pelos alunos, dificultando uma leitura dialógica sobre o mundo simbolizado nos textos.

Mas o pior ainda parece estar no fato de o manual didático transformar as ações do professor e dos alunos em um ritual e/ou reza de sempre a mesma coisa: todas as aulas de LP são programadas diariamente mais ou menos assim: um texto (fragmento de texto); uma relação de palavras difíceis (dificuldade pré-determinada pelo autor do manual); umas perguntas de interpretação (na verdade são de cópiação); uma lição de gramática (teórica) fragmentada e desvinculada do texto lido; uma sugestão de redação a ser desenvolvida.

Convém ainda salientarmos o fato de os manuais conterem praticamente 80% do conteúdo de LP previsto para o Ensino Fundamental centrado na "teoria" gramatical

tradicional. Possenti, doutor em Análise do Discurso e autor de obras relacionadas com o Ensino de LP, escreveu recentemente (1998) "Por que (não) ensinar gramática na escola"<sup>7</sup>, comprovando que uma prática pedagógica sustentada pela gramática, pelo purismo linguístico atrapalha a escola e a vida de muita gente.

Além disso, basta folhear qualquer manual de Língua Portuguesa para perceber a imposição das regras do jogo: 1. leia silenciosamente o texto; 2. observe a lista abaixo contendo as palavras mais difíceis; 3. responda as perguntas de interpretação; 4. faça a redação sobre...

Encurralados no seguimento desses ritos e rezas e seguindo as regras do jogo que lhes são impostas, há grande possibilidade de acontecer o assassinato do sujeito professor e do aluno e, por extensão, do cidadão crítico com possibilidade de participar ativamente no processo de desenvolvimento desses cidadãos, por outro, há também a de seu (re)surgimento ou (re)nascimento. A questão parece estar no fato de o professor deixar de aceitar que "Por trás de um livro didático há sempre um professor" e buscar esse ressurgimento, ou seja, deixar de estar na voz passiva e passar para a voz ativa: SUJEITO AÇÃO.

## BIBLIOGRAFIA

- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In.: GUIDDENS, A., A., BECK, U., LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.
- FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Críticidade e Leitura*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documento de Identidade, uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

<sup>7</sup> *Por que (não) ensinar gramática na escola*, de Sírio Possenti, Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.